

Econômico Brasil

Mais investimentos e mais justiça social, prevê Albano Franco.

- 4 DEZ 1985

O pacote econômico incentiva-
rá a retomada dos investimentos e
a modernização do parque indus-
trial, e criará maior justiça social,
ao aumentar tributação sobre as
grandes empresas e os salários su-
periores a 20 mínimos, segundo ad-
mitiu ontem em Belo Horizonte o
presidente da Confederação Nacio-
nal da Indústria, senador Albano
Franco, ao anunciar que votaria a
favor do pacote no Congresso.

Mas acabou revelando que tem
recebido muitos telefonemas de
empresários insatisfeitos. Lem-
brou, contudo, que a decisão do go-
verno de reduzir de dez para cinco
anos o prazo para depreciação de
ativos fixos, como máquinas e equi-
pamentos, incentivará novos investi-
mentos. Isto porque as deprecia-
ções reduzem o lucro a ser oferecido
à tributação e, portanto, por este
lado, as empresas pagarão menos
imposto.

No entanto, segundo Albano
Franco, tanto a redução do prazo
de recolhimento do IPI para auto-
móveis e fumo como a instituição
da declaração semestral para em-
presas com lucro real superior a 40
mil ORTNS levarão muitas empre-
sas a se endividar.

Depois de ressaltar que é preci-
so acreditar no governo, principal-
mente no ministro Dilson Funaro,
“o primeiro industrial a ocupar a
Pasta da Fazenda nos últimos
anos”, Albano Franco afirmou que
o empresariado espera a contrapar-
tida do próprio governo às medi-
das, ou seja, a redução do déficit
público. Para o presidente da CNI,
o pacote incentivará os empresários
a retomarem os investimentos e
as consequências sociais da medida
poderão beneficiar indiretamente
as indústrias do País.

Albano Franco, que fez pales-
tra sobre o pacto social para os
empresários mineiros na Federação
das Indústrias de Minas Gerais, re-
conheceu que a CNI não teve tem-
po suficiente para examinar o paco-
te. Mas ele garantiu que seu voto no
Congresso é favorável às medidas,
“através das quais o governo procu-
ra fazer justiça fiscal”.

Protestos

O empresariado nacional não
pode aceitar mais uma nova am-
pliação da carga fiscal, pois as em-
presas já chegaram a limites insu-
portáveis como pagadoras de tribu-

tos, não podendo o governo exigir
maiores sacrifícios. Além disso, os
poderes públicos não deram efetiva
contrapartida em termos de austeri-
dade nos gastos, de melhor aplica-
ção aos recursos disponíveis e de
transparência nas contas públicas.

A afirmação é do presidente do
Sindicato da Indústria da Constru-
ção Civil (Sindicon) no Espírito
Santo, João Luiz de Menezes Tovar,
cujo nome está sendo articulado
por vários empresários para disputar
uma cadeira na Assembleia Na-
cional Constituinte.

Tovar, que no último fim de se-
mana patrocinou a realização do
43º Encontro Nacional da Indústria
da Construção, em Vitória, susten-
tou ser preciso dizer aos responsá-
veis pela política econômica que,
para alcançar a normalização dem-
ocrática, se torna necessário e im-
prescindível “dar efetiva e plena
execução ao plano de prioridades
sociais do governo Sarney”. Afinal,
lembra o empresário, temos de res-
gatar “a enorme dívida social que o
autoritarismo e a recessão geraram,
levando a qualidade de vida de nos-
so povo, especialmente nas grandes
metrópoles, a níveis de pobreza
preocupantes”.